

# Agostinho e Wittgenstein: sobre a concepção de linguagem referencial

*Matheus Colares do Nascimento*

## Resumo

Wittgenstein inicia as *Investigações filosóficas* com uma citação das *Confissões* (I, 8) de Agostinho, intencionando usar tal passagem para se contrapor a um modo de refletir sobre a linguagem pautado na sua referencialidade, concepção que chamaremos de “linguagem referencial”. O objetivo deste trabalho é o de apresentar a mudança de abordagem que Wittgenstein apresenta com relação à linguagem a partir do conceito de uso (*Gebrauch*) linguístico mobilizado em suas reflexões pós-*Tractatus*. Além disso, também discutiremos alguns pontos de comentários realizados por Agostinho em *De magistro*, com o intuito de mostrar que, à sua maneira, ele também problematizara a concepção de linguagem referencial.

**Palavras-chave:** Wittgenstein – Concepção de linguagem referencial – Uso linguístico – Agostinho.

## I. Introdução

O objetivo deste trabalho é mostrar a mudança de interesse em Wittgenstein para uma abordagem descritiva acerca das regras da linguagem na sua obra *Investigações filosóficas (IF)* a partir da comparação que o filósofo faz com a concepção de linguagem expressa na passagem das *Confissões (I, 8)* de Agostinho, a que chamaremos “concepção de linguagem referencial”<sup>1</sup>. Também realizaremos alguns comentários sobre a concepção de linguagem de Agostinho em outros de seus escritos com o intuito de mostrar que ele também, à sua maneira, problematizara a concepção de linguagem referencial e o uso linguístico referencial orientado por ela. Mas, para isso, primeiro é necessário esboçar o projeto teórico de Wittgenstein de consideração da linguagem a partir da sua capacidade representativa.

Desde o início os interesses filosóficos de Wittgenstein sempre foram abrangentes. Como afirma Kienzler (2017), o seu objetivo no *Tractatus logico-philosophicus (Tr.)* era não só questionar-se acerca da natureza da lógica, mas também acerca do que a lógica pressupõe como possibilidade de representação proposicional, i.e., como conteúdo. A resposta a essa questão consistiria no esclarecimento das regras que formam a capacidade da linguagem de representar fatos. E o desconhecimento delas seria, para ele, a fonte de problemas filosóficos. O *Tr.* é, nesse sentido, concebido como sendo capaz de resolver todos esses problemas.

## II. A concepção de linguagem referencial do Tractatus

Tendo isso em mente, um dos conceitos importantes que Wittgenstein mobiliza no *Tr.* para esboçar o conjunto de regras que representariam este referido modelo de linguagem é o de forma lógica. Ele a considera como o que toda proposição deve possuir essencialmente e que permitirá o estabelecimento de uma relação entre o pensamento e a realidade, i.e., a aplicação da proposição aos fatos como descrição possível. Isso, argumenta ele, seria possível apenas de determinada forma tal que na proposição os nomes estivessem relacionados de maneira idêntica à maneira que os objetos se relacionam na realidade:

---

<sup>1</sup> A concepção a qual optamos por chamar de linguagem referencial diz respeito à tese de que a linguagem é constituída de um sistema de símbolos que se referem a coisas no mundo e obtêm seu significado a partir desta referência. cf. BÜTTNER (2017).

2.15 Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras [...]

2.1514 A relação afiguradora consiste nas coordenações entre os elementos da figuração e das coisas (WITTGENSTEIN, 2017, p. 137).

Portanto, é a semelhança entre relação lógica da proposição e o modo como os fatos que ela descreve são dispostos na realidade o que garante que a proposição tenha sentido, i.e., que ela possa ir até a realidade (WITTGENSTEIN, 2017) e descrevê-la. Vale ressaltar, porém, que a forma lógica que Wittgenstein defende não anula a distância que poderia haver entre linguagem e mundo. Por meio dela ele apenas coloca os dois domínios em paralelo, porém, as proposições da linguagem não são cópias fiéis dos estados de coisas. Wittgenstein defende que a linguagem apenas comporta possibilidades de projetar estados de coisas possíveis. Acerca disso, Wallner afirma: “no Tratado a ação da linguagem não ultrapassa a proposição, ela somente ‘roça’ a realidade e tem com ela em comum a ‘forma lógica’” (1997, p. 33).

Wittgenstein argumenta ainda que seria necessário na linguagem adotar um simbolismo tal que cada objeto fosse denotado pelo seu símbolo linguístico correlato, que são chamados “nomes” ou “sinais primitivos”, e é por meio da verificação da existência dos objetos que os nomes denotam que então podemos afirmar que estes possuem determinados significados (WITTGENSTEIN, 2017).

Apesar de que, como pontua Wallner, “uma proposição só é compreensível, quando os sinais isolados são munidos de significação” (1997, p. 45). O que é ressaltado por Wittgenstein é a relação que estes nomes têm na proposição enquanto esta representa um possível estado de coisas, i.e., uma relação possível segundo a qual objetos podem ser encontrados na realidade. Para ele, a menor unidade de sentido é a proposição elementar, pois só ela afirma algo acerca de como os objetos se relacionam no mundo. Os nomes são pressupostos na descrição de estados de coisas, mas eles apenas pontuam objetos que não podem existir isoladamente na realidade. Ele afirma em *Tr.* 3.144: “Situações [que são o mesmo que estados de coisas] são descritas, não nomeadas. (Nomes são como pontos, proposições são como flechas, elas têm sentido)” (WITTGENSTEIN, 2017, p. 143). A importância dos nomes na argumentação tractatiana, portanto, só possui razão no contexto da representação proposicional, i.e., quando podemos mobilizá-los dentro de uma determinada forma lógica para representar como os objetos, que eles denotam, se relacionam na realidade, ou seja, para representar um estado de coisas.

Assim, Wittgenstein esboça um modelo de linguagem em que suas capacidades representativas são ressaltadas.

É também importante salientar que Wittgenstein não parece nutrir qualquer pretensão de reformar o uso linguístico cotidiano. Ele confere às proposições da linguagem cotidiana uma completude de sentido como qualquer outra proposição (WITTGENSTEIN, 2017). A diferença reside no tipo de simbolismo adotado, que nela não permite que a forma lógica das proposições transpareça (WITTGENSTEIN, 2017).

Esse parece ser um ponto importante ressaltado, uma vez que na virada filosófica de Wittgenstein ele abandona a perspectiva impositiva da forma lógica segundo a qual a concepção de linguagem referencial interpreta as proposições da linguagem. Ele, então, passa a adotar uma posição em que a atividade filosófica exerce a tarefa de descrição da gramática<sup>2</sup> do uso linguístico. Ou seja, ela deve buscar descrever e clarificar os modelos de apresentação dos quais a linguagem se vale para apresentar seus objetos de investigação, que ocorre por meio da articulação do significado das palavras dentro de padrões de uso (*Gebrauch*) linguístico:

Para resumir a ideia da virada de Wittgenstein: ela pode ser caracterizada como a mudança de um ideal considerado como um conceito admitido previamente

---

2 Ao longo de toda sua atividade filosófica, Wittgenstein mantém a posição de que há uma diferença fundamental entre a tarefa da filosofia e das ciências. A filosofia não pode ser um discurso factual, mas um discurso conceitual (WITTGENSTEIN, 2017). Tendo isso em mente, a investigação da gramática é um conceito central da virada metodológica de Wittgenstein com respeito à filosofia tanto quanto uma importante ferramenta na sua luta contra o dogmatismo. Ela será importante na diferenciação e contraposição entre o novo modelo de investigação conceitual que ele propõe e a investigação conceitual dogmática, i.e., entre uma investigação conceitual sem colocação de teses ou doutrinas e a metafísica, respectivamente.

Em sentido contrário à sua posição impositiva do *Tr.*, Wittgenstein negará a afirmação tractatiana de que a forma correta de apresentação dos objetos pela proposição depende dela ser uma descrição factual, cujo simbolismo esteja de acordo com a estrutura lógica do mundo (WITTGENSTEIN, 2017). Ele afirmará que o uso que fazemos de uma determinada forma depende do propósito para o qual decidimos apresentar um determinado objeto de investigação (WITTGENSTEIN, 2009). Assim, a filosofia não poderia mais ter exclusivamente a sua função tractatiana de análise lógica. A tarefa assegurada para a filosofia é doravante a investigação da gramática, ou seja, a descrição e clarificação das formas de apresentação ou modelos gramaticais utilizados para nos referirmos a determinado objeto de investigação (WITTGENSTEIN, 2009). A investigação gramatical mostrará também que os modos de representação da linguagem adotados tanto no *Tr.* quanto na metafísica em geral não são necessários ou apriorísticos como se pensava (WITTGENSTEIN, 2009) e que, portanto, a abordagem do *Tr.* se aproximara da confusão metafísica que ocorre quando impomos as propriedades da forma escolhida para representar um objeto (nosso modelo de representação) a um objeto de investigação.

Para uma explicação mais detalhada, cf. McGinn (1997) e Kuusela (2005, 2008).

(*Vorurteil*), ao qual o objeto de investigação deve corresponder, para um ideal considerado como modelo (*Vorbild*), que é usado como um instrumento para apresentar o objeto de investigação. É um afastamento de teses e teorias acerca de como os objetos de investigação devem ser para a afirmação de proposições filosóficas enquanto articulações de modelos ou maneiras de conceber um objeto de investigação (KUUSELA, 2005, p. 120, tradução nossa).

Assim, Wittgenstein passa a considerar que o escopo de representação dos fatos que o projeto possuía no *Tr.* conduz a uma visão muito restrita das possibilidades da linguagem e ignora uma grande soma de possibilidades que a linguagem admite no nosso uso linguístico cotidiano.

### III. Problematização da concepção referencial

Wittgenstein inicia as suas *IF* com a seguinte passagem das *Confissões* de Agostinho (I, 8):

Quando eles (os meus pais) diziam o nome de um objecto e, em seguida, se moviam na sua direcção, eu observava-os e compreendia que o objeto era designado pelo som que eles faziam, quando o queriam mostrar ostensivamente. A sua intenção era revelada pelos movimentos do corpo, como se estes fossem a linguagem natural de todos os povos: a expressão facial, o olhar, os movimentos das suas outras partes do corpo e o tom de voz, que exprime o estado de espírito ao desejar, ter, rejeitar ou evitar uma coisa qualquer. Assim, ao ouvir palavras repetidamente empregues nos seus devidos lugares em diversas frases, acabei por compreender que objectos é que estas palavras designavam. E depois de ter habituado a minha boca a articular estes sons, usava-os para exprimir os meus próprios desejos. (2015, p. 171)

Seu objetivo principal com isso é usar tal passagem como um referencial de comparação para problematizar reflexões sobre a linguagem que postulem modelos únicos pautados na referencialidade.

Nas *IF*, Wittgenstein, portanto, começa a construir sua crítica a tal concepção, em que o ponto central a ser criticado é a pretensão de universalizar tal modelo. Ele argumenta recorrendo a um exemplo, de acordo com o qual devemos imaginar uma comunicação entre dois trabalhadores de uma obra, A e B. Um destes profere uma palavra e a resposta do outro ao ouvi-la consiste em ir buscar um determinado objeto:

A utiliza pedras na construção em que trabalha; há blocos, lajes, vigas e colunas. B tem a função de lhe alcançar as pedras pela ordem em que A precisa delas. Para este efeito recorrem ao uso de uma linguagem que consiste nas palavras 'bloco', 'coluna' [sic] 'laje', 'viga'. A exige-as em voz alta; – B traz a pedra que aprendeu a trazer ao ouvir um certo som (WITTGENSTEIN, 2015, p. 173).

Analisando este exemplo, seria implausível afirmar que, ao proferir "laje", A estaria utilizando esta palavra com o intuito de realizar uma descrição de um estado de coisas<sup>3</sup>. Com efeito, ao proferir esta palavra, A tem a intenção de dar uma ordem a B. Partindo desta constatação, Wittgenstein se questiona então como é possível o nome substantivo "laje" não se referir propriamente à laje que o construtor tem disponível em seu canteiro, mas sim que esta palavra expresse na verdade uma ordem. Wittgenstein rejeita que a razão para isto fosse porque "Laje" seria uma forma mais econômica de "Traga-me uma laje". Ele também nega que isso se dê em função da lógica intrínseca da linguagem e que, portanto, as regras sintáticas da língua regulariam que qualquer pessoa que pronunciasse a palavra "laje" estivesse pressupondo as três palavras restantes de "Traga-me uma laje" e que o ouvinte acatasse esta pressuposição sempre que isso viesse a ocorrer (WITTGENSTEIN, 2015). O que ele quer afirmar, na verdade, é que este tipo de situação linguística é justificado a partir da possibilidade que nós teríamos de conferir um significado determinado às palavras a partir do uso linguístico que fazemos delas. Assim, o uso das palavras seria semelhante ao uso de ferramentas que podem exercer as mais variadas funções. Ele afirma: "Pensa nas ferramentas numa caixa de ferramentas: lá está um martelo, um alicate, uma serra, uma chave de parafusos [...] Tão diferentes quanto são as funções destes objetos são as funções das palavras" (WITTGENSTEIN, 2015, p. 180). Dentre estas diversas funções, podemos com efeito empregar as palavras segundo um uso referencial, porém a concepção que Wittgenstein combate é a de que se pretenda acreditar ser este o único uso possível das palavras: "a menos que falar de nomes esteja restrito à classe dos nomes próprios, a tese de que qualquer nome é um representante de um objeto particular deve ser rejeitada" (BÜTTNER, 2017, p. 373, tradução nossa). A razão, portanto, que fundamenta o fato de que "laje" pode constituir uma ordem ocorre, como afirma Wittgenstein, pelo fato de que o

---

3 Poder-se-ia argumentar que "Laje" seria uma forma mais curta de dizer "Esta laje está aqui" ou "Aqui está uma laje", se se quisesse defender o uso linguístico referencial. Wittgenstein (2015, p. 178) rejeita esta posição. Ver-se-á quais argumentos ele utiliza para isso neste parágrafo.

uso da nossa linguagem, i.e., o uso que A e B conferem à linguagem, o torna possível acontecer (WITTGENSTEIN, 2015).

A partir do mesmo fio condutor, Wittgenstein trata igualmente do aprendizado infantil também tratado por Agostinho<sup>4</sup>. Segundo ele, afirmar que a função denotativa dos nomes seria a única possibilidade de uso linguístico equivaleria a defender que para o aprendizado linguístico acontecer seria suficiente que nós aprendêssemos os significados literais das palavras, de tal forma que isso poderia ser feito ensinando um símbolo linguístico e depois apontando para o seu referente (ensino ostensivo). A partir da importância que Wittgenstein dá ao conceito de uso linguístico, na medida em que este sim define com que significado as empregamos, ele argumenta que o ensino ostensivo de símbolos constitui apenas “uma preparação para o uso de uma palavra” (WITTGENSTEIN, 2015, p. 192). Como foi dito, o uso que A faz da palavra “laje” não pode ser caracterizado como um uso referencial da palavra.

À luz deste argumento, se imaginássemos, continuando com o exemplo de Wittgenstein, a contratação de um trabalhador C para ajudar B em seu serviço, sendo que C não entende as palavras utilizadas por A, não seria suficiente ensinar-lhe que a palavra “laje” designa um determinado objeto. Isso porque A, ao dizê-la, não quer designar tal objeto, mas sim dar uma ordem. Portanto, para que C entendesse as palavras utilizadas por A, seria necessário que ele aprendesse o sentido que A dá às palavras, e isso só poderia ocorrer aprendendo o modo como A as emprega nas circunstâncias dadas, i.e., no dado jogo de linguagem. Sugestivamente, Wittgenstein se questiona: “O que é que designam as palavras desta linguagem? Como é que se há-de [sic] mostrar o que designam, a não ser pelo modo como são usadas?” (WITTGENSTEIN, 2015, p. 179). Apenas desta forma C compreenderia que “laje” significa neste jogo de linguagem “Traga-me uma laje”, e com isso Wittgenstein pretende mostrar-nos que, na verdade:

O aprendizado que fundamenta o fato de o falante nativo dizer a frase como significando quatro palavras não consiste em fatos estabelecidos no momento em que o diz, mas em um horizonte indeterminado de uso atual ou potencial da linguagem que o circunda; é esse circundante uso da linguagem que empresta ao discurso do falante num dado momento a estrutura que ela possui, qualquer que seja ela. Portanto, a estrutura de quando se diz ou se entende “Traga-me uma

---

4 Vide citação anterior de *Confissões* (I, 8).

laje” como quatro palavras deriva, não de algo intrínseco ao funcionamento da mente do sujeito, mas da estrutura do jogo de linguagem do qual ele participa (MCGINN, 1997, p. 55, tradução nossa).

Com estas reflexões acerca do uso linguístico e dos jogos de linguagem, realizadas nas *IF*, Wittgenstein não nutre propriamente a pretensão de contradizer inteiramente suas reflexões do *Tr.*, i.e., desconstruir suas teses expostas nesse livro ou rejeitar completamente a plausibilidade da concepção referencial. Ele, na verdade, ainda mantém algumas das suas antigas teses e assim se aproxima da concepção agostiniana de linguagem:

Em *IF* §55 Wittgenstein parece sugerir que um nome *A* que é definido pela referência a uma amostra tem significado apenas até o ponto em que a amostra existe. Ele, com isso, aproxima-se em parte do princípio agostiniano correspondente que equaciona a capacidade de uma palavra ter significado com a existência do seu referente (BÜTTNER, 2017, p. 372, tradução nossa).

O que ele propõe é reconsiderar a afirmação de que este uso linguístico referencial possa ser identificado com uma suposta natureza ou *modus operandi* da linguagem. A linguagem possui infinitas possibilidades lógicas, das quais o uso referencial conta apenas como uma ínfima parte. Ele afirma:

Santo Agostinho descreve [...] um sistema de comunicação; só que nem tudo aquilo a que chamamos de linguagem é este sistema. E isto é o que se tem que dizer em todos aqueles casos em que se põe a questão “Pode-se usar esta descrição ou não?” A resposta então é: “Sim [...] mas apenas para este domínio estritamente circunscrito, não para a totalidade que tinhas a pretensão de descrever” (WITTGENSTEIN, 2015, p. 174).

Ou seja, o uso linguístico referencial é sobremaneira limitado para compreender todas as possibilidades de usos linguísticos que ocorrem nos mais variados jogos de linguagem.

#### iv. A concepção agostiniana de linguagem

De fato, Agostinho não chegara a vislumbrar uma concepção de linguagem tão complexa quanto a do segundo Wittgenstein. Porém, em sua principal obra acerca da linguagem, *De magistro*, ele também problematizara alguns pontos da

concepção de linguagem referencial, nomeadamente o de que cada palavra possui um referencial indicável (HORN, 2006).

Em (I, 1) Agostinho afirma uma das partes da tese referencial: a de que as palavras designam coisas e, quando as usamos, queremos deixar claro para as pessoas que as ouvem que fazemos referência a estas coisas, i.e., quando usamos as palavras fazemos necessariamente um uso referencial. Agostinho fala do uso das palavras como se fossem utilizadas para ensinar algo no sentido referencial: “é claro que queremos ensinar quando falamos [...] Pois quem fala expressa exteriormente o sinal de sua vontade por intermédio do som articulado” (AGOSTINHO, 2014, p. 243-244). Assim, ele parece sustentar que estas palavras seriam símbolos cujos significados são estabelecidos pelo fato de elas se referirem a objetos. Mais adiante, porém, ele irá rever a certeza deste argumento. Para isto, em (II, 3) ele se detém na análise das palavras “se”, “de” e “nada” (AGOSTINHO, 2014, p. 244). De acordo com Agostinho, a lógica da referencialidade não poderia ser aplicada para explicar estas palavras, pois elas não poderiam referir-se a substantivos, objetos no mundo de maneira direta. Agostinho parece sugerir por meio de seu interlocutor, Adeodato, que “se” poderia ser referido ao estado psicológico de dúvida e, portanto, salvaguardaria o seu valor referencial. Porém, ele não consegue estabelecer uma referência semelhante para as duas outras palavras e, mais especificamente, para a palavra “nada”, nem mesmo dar nenhuma explicação por meio de perífrases ou sinônimos para ela. Assim, parece haver um problema em sustentar este argumento da concepção de linguagem referencial nestes casos:

[...] que não há sinal que não signifique algo; ora, o que não existe não pode de modo algum significar alguma coisa. Por isso, a segunda palavra deste verso não é sinal, pois nada significa. Neste caso, parece que erramos ao concordar que todas as palavras sejam sinais, ou que todo sinal signifique alguma coisa (AGOSTINHO, 2014, p. 246).

Dessa forma, Agostinho afirma que há dificuldades em alguns pontos da concepção de linguagem referencial e parece rejeitá-la.

Como disse anteriormente, a concepção de Wittgenstein faz uma reflexão muito mais complexa acerca da linguagem. No seu caso, o que motivara suas reflexões pós-*tractatus* acerca da linguagem não fora uma mera questão de análise detida de exemplos ou casos-limite da sintaxe da língua ou uma análise do que ocorre na mente do ouvinte quando pronunciamos determinadas palavras, como se dá no caso do exemplo do diálogo de Agostinho:

O modo como alguém se refere a uma definição, ou como a entende, não é uma questão do que passa na sua mente quando ele a diz, ou a escuta, mas é estabelecido pela maneira como o ato de defini-la está inserido na estrutura de uma performance linguística mais ampla (MCGINN, 1997, p. 63, tradução nossa).

Assim, talvez pudéssemos afirmar que o que levava Wittgenstein a abandonar a pretensão de que a referencialidade poderia ser toda a linguagem fora a observação do uso linguístico cotidiano e a constatação de que esta linguagem possui uma multiplicidade de modelos funcionais que vão muito além do simples uso linguístico referencial. Como diz McGinn, “é nos detalhes do fenômeno concreto do uso linguístico que a estrutura e a função de uma determinada palavra da linguagem é revelada” (1997, p. 71, tradução nossa).

## v. Considerações finais

Em suma, tentamos neste trabalho tratar problematizações acerca da concepção de linguagem referencial dos pontos de vista de dois filósofos diferentes. Tentamos primeiro salientar a importância da mudança de Wittgenstein na problematização dessa questão. Ele, em seu momento tractatiano, propõe um modelo de linguagem centrado nas suas capacidades representativas, que chamamos de concepção de linguagem referencial. Nesse contexto, vimos então que Wittgenstein afirma que as proposições da linguagem têm uma forma lógica, dentro da qual nomes são mobilizados. O foco principal dessa ideia de representação é a possibilidade das proposições representarem possíveis fatos do mundo. A proposição, assim, é considerada a menor unidade de sentido, enquanto os nomes só denotam estes objetos que não podem existir isoladamente na realidade.

Segundo pensava Wittgenstein, esse modelo de linguagem estaria de acordo com a maneira como os fatos estão dispostos no mundo e, portanto, com a sua estrutura lógica. Logo, para que as proposições da linguagem pudessem representar os fatos com rigor lógico, deveria ser adotado um simbolismo que permitisse transparecer a articulação lógica de nomes dentro da forma lógica, i.e., a descrição de um fato. No ponto que marca a sua virada, Wittgenstein reconhece que a sua tese de que esta forma se ocultaria nas proposições da linguagem comum, dado o simbolismo adotado nela, seria um comprometimento filosófico por demais reducionista. Ele reconsidera a preconização tractatiana de uma forma de apresentação da linguagem que deveria ser adotada para que suas proposições pudessem exprimir seu sentido de maneira clara.

Ele passa então a adotar uma posição cujo interesse está direcionado para a multiplicidade de formas de apresentação da linguagem, na qual, fundamentalmente, o papel da filosofia é o de descrever e clarificar os padrões de regras existentes na linguagem e não a pressuposição de um padrão único. A essa investigação ele dá o nome de “investigação da gramática”, da qual a análise da situação de comunicação entre os construtores A e B é um exemplo. O objetivo de Wittgenstein com esse exemplo é o de clarificar os padrões de regras utilizados nesta situação de comunicação, problematizando simultaneamente o seu modelo tractatiano de linguagem focado na possibilidade de descrever fatos. Argumentamos, então, que no jogo de linguagem do referido exemplo a comunicação dos trabalhadores A e B com o trabalhador C seria, talvez, impossível, caso este não estivesse consciente do conjunto de regras gramaticais elementares que entrariam em jogo naquela situação de comunicação – no caso, de que no ato de proferir, por exemplo, “laje”, estaria pressuposta uma ordem.

Na parte do trabalho que se refere a algumas reflexões que Agostinho apresenta acerca da linguagem, vimos que ele também problematiza uma variação de concepção de linguagem referencial, mais especificamente em *De Magistro*. Ao se voltar para a interpretação do significado das palavras em uma linguagem. Ele parece admitir em (I, 1) que o significado é determinado pela denotação das palavras. Porém, ao se deter na análise de outros exemplos, como as palavras “se”, “de” e “nada”, ele questiona a viabilidade da aplicação desse modelo de linguagem para elas. Nesse sentido, talvez pudéssemos dizer que Agostinho e Wittgenstein parecem aproximar-se um do outro na sua crítica à adoção de modelos referenciais de linguagem. Afinal, apesar das diferenças em suas abordagens, ambos argumentam que este tipo de modelo não poderia dar conta de todas as possibilidades de usos linguísticos.

## Referências

- AGOSTINHO. O mestre. In: \_\_\_\_\_. *Contra os acadêmicos, a ordem, grandeza da alma, o mestre*. São Paulo: Paulus, 2014.
- BASTOS, C. O. A interpretação de Wittgenstein sobre a linguagem agostiniana. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 152-162, 2013.
- BOTTIN, F. Sobre a natureza da linguagem: Agostinho e Wittgenstein. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 1, n. 1, p. 27-42, 2007.
- BÜTTNER, K. Names and ostensive definitions. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. *A companion to Wittgenstein*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 361-374.

- GILSON, É. *Introduction à l'étude de Saint Augustin*. 4. ed. Paris: J. Vrin, 1969. (Études de philosophie médiévale).
- HACKER, P. M. S. Metaphysics: from ineffability to normativity. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. *A companion to Wittgenstein*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 207-227.
- HORN, C. Agostinho: teoria linguística dos sinais. *Veritas*, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 5-17, 2006.
- KIENZLER, W. Wittgenstein's philosophical development. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. *A companion to Wittgenstein*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 23-40.
- KUUSELA, O. From metaphysics and philosophical theses to grammar: Wittgenstein's turn. *Philosophical Investigations*, Hoboken, v. 28, n. 2, p. 95-133, 2005.
- . *The struggle against dogmatism: Wittgenstein and the concept of philosophy*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- MCGINN, M. *Routledge philosophy guidebook to Wittgenstein and the philosophical investigations*. London: Routledge, 1997. (Routledge philosophy guidebooks).
- PENHA, J. *Como ler Wittgenstein*. São Paulo: Paulus, 2014. (Como ler filosofia). Versão Kindle.
- WALLNER, F. *A obra filosófica de Wittgenstein como unidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. 4. ed. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.
- . *Tratado lógico-filosófico e investigações filosóficas*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- . *Tractatus logico-philosophicus*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017.



Matheus Colares do Nascimento é graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Pará.  
matheuscolares12@gmail.com